



# *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

## Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELUCI – CONTAS DE GESTÃO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Domingos Martins

**Gestor Responsável:** Wanzete Kruger

**Exercício:** 2022

#### 1. RELATÓRIO

##### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de Abordagem prioritária						
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Processos físicos e eletrônicos de despesa.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Processos físicos e eletrônicos de despesa.	Processos físicos e eletrônicos de despesa.
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Processos de despesas liquidadas das obrigações patronais, relatórios e	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias,	Processos e relatórios de obrigações patronais liquidadas, relatórios e	Relatório de liquidação emitidos pelo Sistema de Contabilidade.

		balancetes consolidados.	Lei Local Regime de competência.	decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	balancetes consolidados.	
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal	Processos de despesas liquidadas e pagas de obrigações patronais, relatórios e balancetes consolidados.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Processos e relatórios de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processos de despesas de obrigações patronais.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Processos e relatórios de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Processos de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Processos e relatórios de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios de empenho.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Relatórios de empenho.	Relatórios de empenho.

### 1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Demonstrativos dos registros e movimentações patrimoniais e demais relatórios	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo	Demonstrativos , registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e	Demonstrativos , registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e

		dos bens móveis, imóveis e intangíveis.		informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	intangíveis.	intangíveis.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Relatório de Fluxo de Caixa.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Todas as contas bancárias cadastradas no ente.	Relatório de Fluxo de Caixa.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Contas presentes no termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.

### 1.5. Demais Atos de Gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.5.2	Segregação de funções.	Processos administrativos em tramitação.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

## 2. Itens de Abordagem Complementar

### 2.5. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.5.2	Base de Cálculo de contribuições - RPPS	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.
2.5.5	Guia de Recolhimento de contribuições previdenciárias	Guia de Recolhimento de contribuições previdenciárias	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Documento de Recolhimento de contribuições previdenciárias	Documento de Recolhimento de contribuições previdenciárias

### 2.6. Demais Atos de Gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de Cargos	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Cargos existentes das funções de confiança.	Cargos existentes das funções de confiança.
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de Cargos	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contratações por prazo determinado.	Contratações por prazo determinado.
2.6.4	Pessoal – teto	Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Folha de pagamento.	Folha de pagamento.
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária

## 1.2. Constatações e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

1. Itens de abordagem Prioritária			
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Por meio de Auditoria nº 001/2022, analisou-se os relatórios de empenhos pagos por indenização, filtrando elemento de despesa e histórico, e constatou-se a realização de 03 despesas sem emissão de prévio empenho, ocorridas durante o ano, sendo elas referentes a confecção de carimbo e locações de imóveis, não aditivadas tempestivamente.	A Controladoria emitiu nova recomendação a todas as Secretarias Municipais acerca da realização de despesas sem prévio empenho e as consequências de tais atos aos responsáveis. Recomendação Técnica nº 005/2022.	Regular, com ressalva.
1.2. Gestão Previdenciária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Da análise dos relatórios de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que as mesmas foram reconhecidas conforme regime de competência, exceto nos registros que se referiram a folhas complementares.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que as obrigações patronais foram contabilizadas adequadamente por competência.	Regular.
1.2.2	Da análise dos relatórios de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular.

	encargos patronais da entidade, exceto registros de folhas de pagamento complementares.		
1.2.3	Dos relatórios de despesas objeto de análise, constatou-se que todos os recolhimentos de obrigações patronais se deram de forma tempestiva, não incidindo em multas e juros.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular.
1.2.4	Da análise dos relatórios de despesas de contribuições previdenciárias, constatou-se que as mesmas foram retidas dos servidores e repassadas ao RPPS (IPASDM) e ao INSS.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das contribuições previdenciárias retidas.	Regular.
1.2.5	Dos relatórios analisados, constatou-se que não existem parcelamentos de débitos previdenciários inscritos na Prefeitura.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que não existem parcelamentos de débitos previdenciários.	Regular.
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.3.1	<p>Da análise dos demonstrativos contábeis e dos demonstrativos apresentados pelo setor de patrimônio e de almoxarifado, constatamos que os saldos de valores dos registros contábeis estão compatíveis com os saldos demonstrados nos relatórios de materiais e inventário, disponibilizados pelos setores de almoxarifado e patrimônio, referente ao exercício 2022.</p> <p>Porém, ao questionar o setor responsável sobre os inventários físicos, a serem realizados pelo setor, junto a Comissão de Controle e Acompanhamento de Avaliação Patrimonial, a Gerência de Patrimônio informou que não foi realizado inventário físico no exercício 2022, apenas as conciliações mensais com a contabilidade.</p>	<p>Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a compatibilidade dos valores registrados de almoxarifado e bens móveis e imóveis.</p> <p>A Controladoria emitiu a <b>Recomendação nº 003/2023</b> recomendando a realização do levantamento de bens anual junto as Secretarias Municipais para elaboração do inventário, e lançamento dos valores nos Demonstrativos Contábeis.</p>	Regular, com ressalva.
1.3.2	<p>- No exercício 2019, foi verificado que os valores da conta "Bens Imóveis" não estavam refletidos fidedignamente no Balanço Patrimonial, devido os valores de obras estarem sendo contabilizados em "Bens imóveis em andamento" e não estarem sendo concluídas. Foi emitida Recomendação nº 009/2019 ao setor de Contabilidade para verificação junto ao setor de Patrimônio e realizar um levantamento das obras concluídas para providenciar o acerto contábil.</p> <p>Em acompanhamento ao processo a Gerência de Patrimônio informou que foi realizado levantamento pela contabilidade e secretaria de obras das obras concluídas em um intervalo de anos e foram realizados procedimentos para baixar o saldo de obras em andamento e dar entrada no patrimônio como obras concluídas. Com isso, pode ser observado no balanço patrimonial que o saldo de obras em andamento baixou e foram dadas entradas em outros bens. O trabalho continuará em andamento.</p> <p>- Acerca dos registros dos bens móveis estão sendo realizados contendo informações suficientes para sua caracterização e a devida indicação da estrutura administrativa do órgão que está localizado, porém no exercício 2022 não foi realizado inventário físico dos bens, conforme registrado no ponto 1.3.1.</p>	<p>- Não foram sugeridas outras proposições tendo em vista que está sendo realizada a regularização do saldo de obras em andamento, mas a Controladoria continuará acompanhando o processo.</p> <p>- Não foram sugeridas outras proposições tendo em vista que os registros dos bens permanentes estão sendo realizados contendo informações suficientes para sua caracterização e a devida indicação da estrutura administrativa do órgão que está localizado.</p>	Regular, com ressalva.
1.3.3	Da análise das disponibilidades financeiras através do Relatório de Fluxo de Caixa das	Nenhuma proposição ou alerta	Regular.

	contas existentes no município, constatamos que 100% estão sendo movimentados em instituições financeiras oficiais.	sugerido, tendo em vista que a movimentação bancária está sendo efetuada em instituição financeira oficial.	
<b>1.3.4</b>	Foi realizada amostragem das contas bancárias no exercício 2022, conforme processo de Auditoria nº 001/2022, no qual, das contas analisadas, verificou-se a conformidade dos saldos apresentados nos extratos bancários e saldos de aplicações financeiras com os saldos conciliados lançados no sistema contábil da Prefeitura, através de arquivos disponibilizados pela Contabilidade e Tesouraria. Ademais, foram analisados pagamentos para confirmação da veracidade das informações por meio de amostragem.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista exatidão dos saldos bancários com os saldos conciliados.	Regular.
<b>1.5. Demais atos de gestão</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>1.5.2</b>	Considerando as atividades de autorização, aprovação, execução e controle das operações envolvidas nos estágios da despesa, não foi constatada inobservância ao princípio da segregação de funções na autorização, aprovação, execução e contabilização das operações.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a observância ao princípio de segregação de função.	Regular.
<b>2. Itens de Abordagem Complementar</b>			
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.5.2</b>	Com base na Lei Municipal nº 2.784/2017, e Lei Municipal nº 3001/2021, que dispõem sobre a alteração do plano de custeio destinado ao RPPS dos servidores públicos do município de Domingos Martins, identificou-se a regulamentação da base de cálculo das contribuições, e por meio da análise dos relatórios de despesas, observou-se que a mesma está sendo devidamente empregada nos cálculos das contribuições.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo em vista a existência de base de cálculo regulamentada em Lei Municipal, e a efetiva utilização da mesma no cálculo das contribuições.	Regular
<b>2.5.4</b>	Constatou-se a adoção da alíquota de 14%, conforme Lei Municipal nº 2.943/2020, de 27/03/2020.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que os descontos obedecem as legislações específicas, Municipal e Federal.	Regular
<b>2.5.5</b>	Verificou-se a existência de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias na Prefeitura.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo em vista a existência de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias.	Regular
<b>2.6. Demais atos de gestão</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>2.6.1</b>	Na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que foram priorizados os servidores efetivos no exercício de funções de confiança, no entanto, existem funções de confiança ocupadas por funcionários contratados. Com base na Auditoria nº 002-2019 de Pessoal e Folha de Pagamento, processo nº 3991/2019, foi detectado em visita nas Secretarias que existem desvios nos cargos em comissão, que ocorrem quando o agente realiza atividades diferentes da direção ou assessoramento técnico, sendo, em geral, atividades operacionais e rotineiras. Nesses casos, o cargo é mero título formal cujo verdadeiro propósito é a percepção de remuneração, sem a contraprestação do serviço específico	Recomendou-se que a Administração Municipal como um todo reavalie os servidores alocados nos cargos comissionados de suas estruturas, para identificar a ocorrência destas distorções nas funções de fato exercidas pelos servidores e as previstas para o cargo. Ademais, promover a capacitação técnica dos atuais ocupantes quando desqualificados, ou a contratação de novos servidores por processos objetivos, técnicos e transparentes, exigindo que os nomeados efetivamente exerçam funções de chefia, direção e assessoramento.	Em andamento.



	exigido.		
<b>2.6.3</b>	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que as contratações por tempo determinado obedecem aos quesitos de necessidade temporária e de excepcional interesse público. Porém há um grande quantitativo de servidores contratados no quadro de pessoal da Prefeitura, ocasionando a recomendação por parte da Controladoria para realização do concurso público na Prefeitura de Domingos Martins.	A Controladoria emitiu a Recomendação Técnica nº 003/2022, acerca da realização de concurso público, e a Recomendação Técnica nº 006/2022, acerca da adoção de processo seletivo das contratações temporárias.	Regular, com ressalva.
<b>2.6.4</b>	Com base na análise da Folha de Pagamento, observou-se que não há extrapolamento do teto remuneratório na Prefeitura.	Nenhum alerta foi proposto dado a regularidade nos pagamentos, quando ao alcance do teto remuneratório constitucional.	Regular
<b>2.6.5</b>	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que as despesas com pagamento de pessoal possuem autorização legislativa específica.	Nenhum alerta foi proposto dado a existência legal de autorização para a realização dos pagamentos de pessoal.	Regular

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Wanzete Kruger, gestor da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Domingos Martins – ES, 21 de março de 2023.

**Márcia d'Assumpção**

Controladora Interna

**Franciele Luzia Holz**

Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640